



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG
Datas: 09/09/2011 às 09:00 hs

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a octogésima reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dr. José Eduardo Vargas, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sr. Jandir Francisco de Andrade, 1º suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sr. Flávio da Costa Santos, titular Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE; Sr. Vicente de Paulo Cussi, titular da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Sr. Cap. Carlos Magno Nunes, 1º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Sr. Ten. Carlos Alberto Matias de Abreu, 2º suplente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. Ailson Machado de Andrade, 1º suplente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Sra. Raquel Mendes, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sr. Genésio Franco de Moraes Neto, 2º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CB; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos, 1º suplente e Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sr. Marco Túlio Machado Borges Prata, 2º suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Thaianne Resende Henriques, titular da OPA – Organização para a Proteção Ambiental e Sr. Ítalo Adolfo Terra, 1º suplente da DEGRAF; Sr. José Oliveira da Silva, 1º suplente da AMEDI – Ambiente e Educação Interativa; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET/MG, Sr. Sylvio Luiz Andreozzi, 1º suplente da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Augusto Henrique Lio Horta.** Dr. José Eduardo se apresentou ao conselho. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros.** O conselheiro Carlos Valera (PGJ) se solidarizou com a mobilização dos servidores da SEMAD. Falou que a questão ambiental é uma questão crucial e pediu que esta questão fosse resolvida da melhor forma possível e levasse o pedido para o secretário Adriano Magalhães. Justificou que isto seria melhor equacionado se o Estado promovesse concurso público para resolver de forma definitiva a carreira dos servidores. Carlos Valera (PGJ) passou a palavra para os servidores. Eliete (SUPRAM) leu o comunicado: “*COMUNICADO DOS SERVIDORES DO SISEMA - COMUNICAMOS AOS SENHORES CONSELHEIROS, EMPREENDEDORES E PÚBLICO PRESENTE QUE NÓS, SERVIDORES DO SISEMA, CONTINUAMOS MOBILIZADOS E INDIGNADOS COM A*



POLÍTICA SALARIAL DO GOVERNO. NA ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA REALIZADA NO DIA 05/09 (SEGUNDA-FEIRA), COM A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DA ASSEMA – ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, A ASIVERDE – ASSOCIAÇÃO INTEGRADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MEIO AMBIENTE E CORRELATOS DE MG, O SENGE – SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE MG, SINDIPOL – SINDICATO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MG, CREA-MG E INTERSINDICAL, INFORMAMOS AS MEDIDAS APROVADAS EM ASSEMBLÉIA EM FUNÇÃO DA POSTURA ADOTADA PELA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL QUE NÃO ATENDEU À NENHUMA DE NOSSAS REIVINDICAÇÕES ENTREGUES AO SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DR. ADRIANO MAGALHÃES CHAVES, CONTIDAS NO OFÍCIO Nº 06/ASSEMA/2011, FICANDO ESTABELECIDAS E DEFINIDAS AS SEGUINTE AÇÕES: OPERAÇÃO PADRÃO COM GREVE MARCADA • INÍCIO DA OPERAÇÃO PADRÃO: SEXTA-FEIRA, DIA 09/09/2011. • PARALISAÇÃO GERAL DE ADVERTÊNCIA: SEGUNDA-FEIRA, DIA 12/09/2011. • INÍCIO DA GREVE: 19/09/2011. INFORMAMOS AINDA QUE SE CHEGAMOS A ESTAS DEFINIÇÕES E AÇÕES, É EM FUNÇÃO DO DESCASO COM QUE ESTE TEM AGIDO COM SEUS SERVIDORES, A EXEMPLO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO QUE SOMAM 95 DIAS PARADOS. COM A CATEGORIA DE MEIO AMBIENTE AS NEGOCIAÇÕES NÃO TÊM SIDO DIFERENTES. SABEMOS DA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DESTES CONSELHO E É COM PROFUNDO PESAR QUE NÓS NOS RETIRAMOS DESTES RECINTOS. DESTA FORMA, SENHORES, QUEREMOS INFORMÁ-LOS DE QUE NÃO IREMOS NOS MANIFESTAR SOBRE OS PROCESSOS PAUTADOS”. Dr. José Eduardo disse para o conselheiro da PGJ que irá levar a manifestação para o Secretário. O conselheiro Moisés (FETAEMG) disse que é solidário a todas as reivindicações dos trabalhadores do SISEMA. Fazer política de Meio Ambiente não se pode pensar em lucro. É uma questão mais profunda do que lucro e sim a subsistência do meio ambiente para o futuro. Entende-se como federação, os trabalhadores rurais de Minas Gerais, que tem que haver investimento. O Estado deve colocar a “mão no bolso” e investir para que o Sistema de Meio Ambiente seja realmente eficaz, não vendo a questão de Meio Ambiente como uma fonte de receita. Todos sabem que as taxas que se cobram para o licenciamento ambiental são enormes. O Estado está tendo lucro com o Sistema de Meio Ambiente. A conselheira Thaianne (OPA) mostrou a solidariedade de todas as entidades ambientalistas que representa. Realmente a questão ambiental não é levada com seriedade pelo Estado e nem por muitos. O conselheiro Genésio (CB) disse que concorda com as atitudes dos servidores e que sigam em frente porque com certeza no final tudo dará certo. Thaianne (OPA) explicou que na última reunião foi feita uma denúncia sobre a PCH Dourados e perguntou qual a providência foi tomada. Solicitou também o áudio 79ª e 80ª RO COPAM TMAP. Dr. José Eduardo disse que a SUPRAM irá providenciar o áudio. Com relação à denúncia da PCH Dourados, o presidente passou a palavra para o Diretor Técnico José Roberto. José Roberto (SUPRAM) informou que a equipe foi ao local e foi observado processo de ensacadeira e enrocamento de terra e será passado o relatório para a conselheira. **Item 4 - Exame da Ata da 80ª RO de 12/08/2011.** Abstenção: Sylvio (UFU). Aprovada pela maioria. **Item 5 - Processo Administrativo para exame de Revalidação de Licença de Operação: 5.1 S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool - Destilação de álcool e fabricação e refinação de açúcar - Iturama/MG - PA/Nº 00060/1983/011/2010 - Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. - RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros**



Thaianne Resende Henriques representante da OPA e Flávio da Costa Santos representante da SEDE. Thaianne (OPA) justificou o pedido de vista, com relação ao entendimento dos conselheiros com relação aos pareceres. Muitas vezes, ao ler não entende, não consegue todas as informações necessárias para a votação. Um mês para pedir vista e comparar processo é complicado. Tiveram que juntar uma equipe multidisciplinar para comparar para se chegar no parecer. A questão não é de duvidar dos técnicos, a questão é de ter como votar. A análise foi processual, a conselheira não foi ao local. Tudo que está no retorno de vista foi comparação. Desta forma, vários pontos fizeram com que surgissem mais dúvidas. Primeiro ponto, por se tratar de uma revalidação de LO, foi apresentado o RADA (Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental). Este relatório contempla o entendimento as condicionantes, medidas mitigadoras da fase anterior de licenciamento. E por isso solicita os esclarecimentos. A conselheira perguntou se o processo anterior não deveria acompanhar a vista, como já ocorreram nos outros pedidos de vista. Isto foi comparado com as outras usinas, com os outros pareceres. Com relação ao verso da página quatro, mostra uma observação do jurídico ao gestor do processo que foi solicitadas informações sobre a atual capacidade instalada do empreendimento, se é dezoito mil toneladas por dia de cana e na licença anterior seria dezesseis mil. Thaianne perguntou porque no parecer não citou nada, porque estava no processo, já foi feita a ampliação deste empreendimento ou o parecer da SUPRAM revalida exatamente o expresso na licença anterior. Na página trinta e quatro até a página trinta e sete, estava o quadro de quatorze condicionantes e no parecer são apenas seis condicionantes e nenhuma coincide com as quatorze. A conselheira perguntou o que o Parecer tem a ver com o processo. Porque as condicionantes apresentadas no parecer da Usina não condizem com aquelas lidas no parecer da SUPRAM. Com relação à área total do empreendimento e consequentemente a área de Reserva Legal, o Parecer da SUPRAM na página três menciona uma área de 130,69 hectares. Contudo na página sete deste mesmo Parecer cita uma área de 151,20 hectares, conforme matrícula 7.256. Quando foi vista a matrícula no processo, citava uma área de 239, 62 hectares. É uma grande diferença. Qual é a área real do empreendimento. E se for a área de 239,62, porque a Reserva Legal não deveria ser com relação 239 e não com relação a 151 ou 130 hectares. No Parecer da SUPRAM não menciona qual a área do plantio de cana necessária para atender a demanda da Usina. Não demonstrou a poligonal. Nas páginas 141 a 163, somando deu uma quantidade sob a responsabilidade da Usina de 274 empreendimentos. Dá uma área de 31.644 e licenciadas só estão 131, que é o percentual de 47,8%. Com relação aos fornecedores, nada foi informado. São 554 áreas, mas não fala se foram licenciadas ou não. Portanto possui 143 propriedades que constam sob sua responsabilidade, sendo próprias ou arrendadas, como não licenciadas. Foi encaminhado um ofício querendo regularização dessas áreas e é o que esperam. Não tem um número, o que foi feito em relação ao número. E também com relação a safra de 2010, no Parecer consta que 32% da área foi colhida utilizando queima de cana. Isto é sempre discutido. 32% dá 10,126 hectares de área queimada. Qual a área da poligonal da Usina, qual a área do plantio total para atender a demanda de 18 mil toneladas por dia. Qual é a área que irá queimar. É sabido que a utilização de queima da palhada é prejudicial a fauna silvestre, a saúde da população na área do entorno, aos riscos de remanescentes nativos em torno dos canaviais. Perguntou se existe algum distrito próximo da Usina. Se existe, há a queima de prática nestas áreas. E qual o cronograma de utilização da queima pela Usina. Se a Usina está atendendo a DN 133 e ser for próximo, está fazendo o plano de controle perto do distrito. Com relação às fossas sépticas, no Parecer da SUPRAM, na página cinco, fica esclarecido que para o sistema de esgotamento



sanitário o empreendimento possui três fossas sépticas, contudo na página seis, no item cinco cita a construção da estação de tratamento de esgoto – ETE. Perguntou qual o sistema de tratamento, se utiliza fossa séptica ou a ETE. Na página sete, no Parecer da SUPRAM, a captação de água para a Usina é realizada no Ribeirão CIPÓ e mesmo assim fala que não existe intervenção na área de Preservação Permanente. Se tem uma captação, existe uma intervenção em APP. Perguntou se esta intervenção encontra-se regularizada. E quais as medidas compensatórias para esta intervenção. No relatório de vistoria, na página setenta, copia-se: “Segundo informado não há tanque de vinhaça em área agrícola, entretanto em vistoria verificamos a existência de um bolsão que acumula vinhaça para sucção e posterior fertirrigação.” Questiona, se os bolsões que vinham sendo utilizados, podem ter causado degradação ambiental. Se os bolsões utilizados para o bombeamento representam uma prática passada, qual o procedimento atualmente utilizado. Perguntou se houve alteração no processo de fertirrigação. Perguntou também se existe um projeto de fertirrigação produzido pela Usina que contempla a DN 164. Foi verificado no processo, um plano de aplicação de vinhaça, contudo a empresa não atendeu. Com relação à condicionante número cinco, é solicitada a execução do programa de monitoramento das águas superficiais, conforme apresentado na condicionante número cinco, onde estão locados os pontos de monitoramento que normalmente isto vem escrito. Perguntou se estão em áreas próximas a fertirrigação e qual a periodicidade. O pedido para apresentar relatórios anuais de monitoramentos, no mínimo trimestrais que deveriam estar escrito, não estavam. Foi diagnosticado no mesmo ofício o diagnóstico de fauna na área de influência da Usina, contudo a empresa também não atendeu, de acordo com o Parecer, sendo colocada a condicionante número sete no Parecer atual. E por se tratar de uma revalidação, entende-se que já deveria ter sido colocada. Para finalizar, na condicionante número oito, solicita apresentar semestralmente relatórios contemplando a execução de todos os programas apresentados e realizados pelo empreendimento. Prazo: Durante a validade da licença. Thaianne (OPA) perguntou quais os programas da condicionante número oito. E também não menciona a compensação ambiental, que é uma condicionante que está sendo pedida. Estão solicitando também a alteração da condicionante número três, que é com relação aos corredores ecológicos, que deverão ser apresentados um mapeamento das áreas passíveis de formação de corredores ecológicos, no prazo de 180 dias e na condicionante número quatro, alterar para executar o programa de formação de corredores ecológicos, após a aprovação da SUPRAM e no primeiro período chuvoso subsequente. O Prazo é durante toda a vigência da licença. José Roberto (SUPRAM) pediu para fazer as considerações. Kamila (SUPRAM) falou que quanto à questão do processo anterior acompanhar o processo de revalidação, entende que facilita para todos. Nas próximas reuniões os processos serão colocados juntos. A análise de revalidação está sempre se reportando a análise anterior. Justamente para o cumprimento da condicionante. No RADA a consultoria apresenta uma listagem de condicionante, listagem esta que havia sido alterada pela própria Câmara. daquelas quatorze condicionantes, só seis que ficaram, porque foram excluídas posteriormente. Aquelas condicionantes que foram apresentadas no RADA, elas não são condicionantes que figuraram na licença e sim são as seis que estão descritas no parecer, conforme ata de julgamento, folha de decisão que acompanham o processo da licença anterior. No que se refere ao aumento da capacidade, verifica-se que a licença anterior foi votada em 2003. Nesta ocasião, ainda não tinha publicado da DN do COPAM 74. A DN COPAM 74 estabeleceu parâmetros diferenciados para estabelecer porte e potencial poluidor. A 01/90 estabelecia como parâmetro números de empregados e área do empreendimento.



Durante a validade da licença anterior, não era obrigada a estabelecer, como parâmetro, capacidade de moagem. Agora, na revalidação a usina está se adequando a este novo patamar. À questão da reserva, consta no processo a retificação e a averbação das matrículas. A matrícula 7246 e mais quatro matrículas, foram retificadas. E matrícula 7.246 e as demais, cada qual com sua reserva legal averbada. Estas matrículas já estão encerradas e criando outra. E todas estas reservas estão na RPPN em Porto Cajueiro, em razão da decisão da ação direta de constitucionalidade que assegurou que estas reservas estão dentro da legalidade. Thaianne (OPA) perguntou porque isto não estava no Parecer, no Parecer constava apenas 130 hectares, então uma reserva legal para os 130, não constavam as outras matrículas. José Roberto (SUPRAM) explicou que os 130 é realmente 150, isto foi um erro de digitação. E a área total são 239 hectares. A questão da poligonal, a poligonal foi em 2008 com o INDI com os protocolos de intenções. A empresa é anterior e ela deverá apresentar, junto ao INDI a poligonal. Depende da produtividade para saber a área. É isto que o INDI determina, a DN 2008. Kamila (SUPRAM) pediu para ouvir o empreendedor. Bertholdino (representante do empreendimento) disse que o no caso desta matrícula, estão em um processo de georreferenciamento de todas as áreas e uma orientação do INCRA, que quando se faz um georreferenciamento de matrículas do lado uma da outra, se a matrícula é vizinha da outra, há uma tendência de incorporar as matrículas vizinhas. Seria um processo de unificação das matrículas. Todas as áreas vizinhas são unificadas em uma matrícula só. E automaticamente as reservas e as matrículas vizinhas são incorporadas a uma matrícula mãe. Foi o que aconteceu neste caso. Tinha uma área industrial com uma matrícula e algumas áreas vizinhas da empresa com matrículas diferentes. Quando foi feito o georreferenciamento desta área, incorporou todas as matrículas em uma só matrícula. E estas áreas foram compensadas na reserva particular do Cajueiro. Somou-se as matrículas no geo, levando todas para o porto Cajueiro. Se pegar a matrícula da Porto Cajueiro, constam todas as matrículas averbadas. Kamila (SUPRAM) reforçou que consta no processo a matrícula do município de Januária e consta toda a averbação de todas as matrículas que foram citadas na unificação. Consegue-se extrair do processo estas informações. Kamila (SUPRAM) retificou a condicionante oito, na questão dos programas. “Apresentar semestralmente relatórios contemplando a execução de todos os programas apresentados e realizados pelo empreendedor. A saber: programa de educação ambiental, programa de treinamento e capacitação de mão de obra, programa de gerenciamento de resíduos sólidos, programa de monitoramento da fauna, programa de monitoramento das águas, programa de coleta seletiva, programa de gerenciamento de riscos, programa de recuperação, reflorestamento de áreas de preservação permanente”. Bertholdino (representante) fez uma observação sobre os programas propostos. Já foram realizados todos os programas propostos, faltando somente monitorar cada um deles. No caso da queima de cana, já existe 70% de mecanização e 30% de queima de cana na unidade. No programa, até 2014, irão atender a DN 133. Devem atingir 80% no ano que vem, dependendo do financiamento de máquinas. Nas áreas de queima, 30%, foi pedida a autorização para Instituto Estadual de Florestas com as recomendações necessárias. Tem brigada de incêndio em cada área e todas as recomendações necessárias são respeitadas. Thaianne (OPA) perguntou sobre os distritos. Bertholdino (representante) respondeu que é a mesma coisa. O próprio IEF não autoriza, quando está muito perto do distrito. Já é recomendação do IEF que todos os distritos, por recomendação da DN 133, todas as práticas são utilizadas. Thaianne (OPA) perguntou se tem algum programa de reaproveitamento da mão de obra, em relação à queima. Bertholdino (representante) respondeu que sim. Inclusive era um questionamento, e hoje já tem uma



parceria do Ministério do Trabalho e com o Governo Federal, é um plano não só da Usina Coruripe, mas também de todas as usinas, que é um processo de qualificação dos trabalhadores rurais. Se quiser, depois coloca no processo o número de trabalhadores que já foram qualificados e o programa dos quais ainda serão qualificados. É uma parceria do Sindicato do Açúcar e Alcool, do Ministério do Trabalho e do Governo Federal. Além disto, estão fazendo um programa, que irá começar no ano que vem, com as secretarias de Ciência e Tecnologia, que é outro programa de qualificação. O cortador de cana será treinado para operar a máquina. Já existe este programa. Sobre a questão da ETE, hoje há as fossas sépticas, mas existe um projeto de uma construção de uma estação tratamento de esgoto. Está sendo avaliado, um projeto de melhoria contínua, como está a eficiência das fossas sépticas. A princípio, as fossas estão em funcionamento adequados, mas futuramente irão construir uma estação de tratamento de esgoto, em médio prazo. Com relação à intervenção em área de Preservação Permanente, da captação, a captação é antiga e já foi regularizada junto ao IEF, foram recuperadas todas as áreas em volta desta captação. É uma pequena intervenção. E encontra regularizada e recuperada. Thaianne (OPA) explicou que no Parecer estava escrito que não existe intervenção em Área de Preservação Permanente. José Roberto (SUPRAM) corrigiu dizendo que foi um equívoco. A equipe quis dizer que não existe intervenção no processo atual. Porque existe e está regularizado. Em relação à fossa séptica, ela tem uma eficiência em norma técnica em torno de 60%, que a lei fala. A ETE compacta é em torno de 90%, no mínimo. É uma melhoria. Com relação ao plano de aplicação de vinhaça, o relatório que era enviado, é o relatório antes da DN 164. Quando o parecer foi colocado, ele já tinha mandado o relatório. Por isso, que no relatório final de safra, será enviado esta DN 164. Com relação a queima, o Estado de Minas está bem mais avançado. Em São Paulo, eles prorrogaram o prazo para 2030 e não em 2014, como Minas Gerais. Em relação aos bolsões, o risco da contaminação era pequeno para evitar um carreamento desta vinhaça no passado. Hoje não utiliza, eles estão vendo a substituição do projeto deles, por tubulação. A DN 164 deverá ser cumprida. A SUPRAM coloca nas condicionantes que seja feito o plano de aplicação de acordo com a DN. Thaianne (OPA) perguntou se no automonitoramento não seria necessário o monitoramento de solos. José Roberto (SUPRAM) explicou que a própria DN já tem, já especifica isto. A condicionante número dois: “Apresentar relatório técnico e fotográfico demonstrando atendimento pleno a Deliberação Normativa COPAM Nº 164 de 30/03/2011 que “estabelece normas complementares para usinas de açúcar e destilarias de álcool, referentes ao armazenamento e aplicação de vinhaça e águas residuárias no solo agrícola”. , bem como às Normas e Leis a ela correlacionadas, e/ou que a suceder. Prazo: Anualmente, 90 dias antes da safra”. A safra começando em março, seria em dezembro para apresentar o relatório. Em relação a compensação ambiental, a SUPRAM concorda. Em relação ao monitoramento da fauna, a empresa realiza, mas como é um processo antigo sem EIA/RIMA, a SUPRAM pediu o diagnóstico para tornar mais eficientes os monitoramentos feitos. Em questão dos programas, a Dr. Kamila (SUPRAM) já falou sobre isto. Quanto a multiplicação das condicionantes, o prazo da condicionante três foi colocado em cima do convênio que a empresa tem com o IEF. Então é 2013, para ter um relatório final dos corredores ecológicos, que são as recuperações das APPs. Poderia colocar, além do prazo, um relatório atual do que já foi feito. Bertholdino (Representante) deixou claro, que com relação aos corredores ecológicos, a empresa tem um projeto de recuperação das APPs, desde 1980. Plantaram na faixa de 60, 70 mil mudas/ano. Este é um programa antigo com o IEF. E este programa termina em 2013. Ião finalizar as áreas em 2013, então terão um mapa de toda



região, faltam poucas áreas para terminar. Em cima disto, poderão definir exatamente aonde deve ou não caber algum outro corredor ecológico. Como sugestão da SUPRAM, pode apresentar um relatório parcial e entregar para a SUPRAM. Se acelerar o processo agora, o projeto de 2013 ficará prejudicado. José Roberto (SUPRAM) disse que com relação a condicionante número quatro: “Executar a ação descrita na condicionante 03 do Anexo I deste parecer único, após aprovação pelo órgão competente. Prazo: 90 dias após a aprovação.”, concordou com a conselheira sobre a alteração no prazo após aprovação da SUPRAM e no primeiro período chuvoso e a duração seria durante o vigência da licença. Bertholdino (representante) disse que estes programas já estão sendo executados. Não é executar em cada chuva, na verdade é em cada período chuvoso, já planta 60, 70 mil mudas com objetivo de formar os corredores ecológicos. José Roberto (SUPRAM) disse que é interessante ficar com os relatórios dentro do processo. Thaianne (OPA) disse que estes relatórios serão entregues, porque não estava escrito. Foi pedido para inserir uma condicionante, pois não estava falando sobre a vigência e quando irão entregar os relatórios. Por isso foi colocado que deverão ser entregues relatórios anuais da execução deste programa e também durante a vigência. José Roberto (SUPRAM) pediu para incluir executar e apresentar. A SUPRAM avaliou todas as condicionantes e concorda com a condicionante proposta: Apresentar relatórios semestrais comprovando a execução do convênio com o IEF para recomposição de Áreas de Preservação Permanente e áreas degradadas. Prazo – Durante a vigência da Licença. A condicionante doze: “Apresentar mapa da poligonal com identificação das áreas de plantio de cana-de-açúcar acompanhada de quadro informativo que contemple: proprietário, matrícula, área total, área de plantio, tipo de parceria agrícola e regularização ambiental. Prazo – Anualmente, antes do início de cada safra.” E o treze: “Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00 e observar o § 2º do art. 6º do Decreto 45.175/09. Prazo – Até 30 dias da publicação da decisão da URC, que estabeleceu essa condicionante.”. E a dezesseis, a respeito do reaproveitamento da mão de obra: “Apresentar programa de reaproveitamento mão-de-obra advinda do corte manual, com o fim da utilização da queima prevista para 2014. Prazo: 6 meses”. Thaianne (OPA) questionou sobre a proposta quatorze e quinze. José Roberto (SUPRAM) disse que a quatorze é a DN 164, já está na condicionante 2. A quinze é a DN 133, que tem que cumprir, se não cumprir será punido. Thaianne (OPA) disse que tem que cumprir, mas comparando com as outras Usinas, colocaram, por isso o pedido de inclusão. Bertholdino (representante) disse que com relação a DN 133, perguntou sobre identificar em mapas, áreas de cana onde a colheita ocorre utilizando método de queima. Este processo é muito dinâmico. Hoje é queimado 30% da área, mas não necessariamente uma área que é queimada hoje, não será queimada depois. É complicado identificar a área que irá queimar daqui a dois, três anos. O mapa das áreas que irá queimar, é um processo muito dinâmico, pois irá depender de mão de obra, de logística, de transporte. O que poderia mandar é uma relação das áreas. Thaianne (OPA) explicou que quando pede a licença para o IEF, o empreendedor tem que ter as áreas. Bertholdino (representante) concordou e disse que poderia enviar a relação das áreas. Bertholdino perguntou sobre a condicionante: Apresentar relatórios semestrais comprovando a execução do convênio com o IEF para recomposição de Áreas de Preservação Permanente e áreas degradadas. Prazo – Durante a vigência da Licença. Se o prazo poderia ser anual. Thaianne (OPA) concordou com o prazo anual. Bertholdino (representante) disse que todas as Usinas apresentam o relatório de final de safra, sugeriu que



colocasse, para apresentar no relatório final, todas as condicionantes, programas executados. Thaianne (OPA) concordou com a sugestão do representante. José Roberto (SUPRAM) explicou que anteriormente no processo EIA/RIMA tem o plano de comunicação social, que já fala anualmente tem que apresentar não só a SUPRAM, mas também a população esses programas. Kamila (SUPRAM) conclui dizendo que o Parecer da SUPRAM fica com a alteração das seguintes condicionantes. A condicionante número três continua no prazo de fevereiro de 2013. A condicionante 4 (quatro) passa a ter a seguinte redação: “Executar e apresentar relatórios do programa de formação de corredores ecológicos após a aprovação da SUPRAM. Prazo: Anualmente, durante a vigência da licença. Kamila (SUPRAM) disse que a condicionante número oito está alterando para incluir todos os programas falados, a inclusão ainda das condicionantes. “Apresentar programa de reaproveitamento mão-de-obra advinda do corte manual, com o fim da utilização da queima previsto para 2014. Prazo: 6 meses”. “Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00 e observar o § 2º do art. 6º do Decreto 45.175/09. Prazo – Até 30 dias da publicação da decisão da URC, que estabeleceu essa condicionante.”. “Apresentar mapa da poligonal com identificação das áreas de plantio de cana-de-açúcar acompanhada de quadro informativo que contemple: proprietário, matrícula, área total, área de plantio, tipo de parceria agrícola e regularização ambiental. Prazo – Anualmente, antes do início de cada safra.” O conselheiro Flávio (SEDE) disse que a empresa possui o sistema de ISSO 9.000, 14.000 e 18.000, foi concedido pela SUPRAM, a prorrogação do prazo para mais um ano. A outra questão é que os técnicos da SUPRAM já opinam para o deferimento da concessão da revalidação da licença de operação. E por fim, o processo se encontra em regularidade com as exigências e a documentação foi juntada nos autos. O conselheiro Sylvio (UFU) perguntou sobre as áreas de responsabilidade da Usina e a questão se elas estão licenciadas ou não. Há 274 áreas sob responsabilidade da Usina e destas só 131 estão licenciadas, o que representa 47,8%. Perguntou se estas propriedades tem que ser regularizadas e se tem, quando serão regularizadas e qual procedimento para aquelas que não são de responsabilidade da Usina. José Eduardo (presidente) explicou que grande números desses empreendimentos são de não passível de autorização ambiental. Bertholdino (representante do empreendimento) esclareceu que este número citado, hoje tem 143 propriedades não licenciadas, mas entenda que são pequenas propriedades de parceiros, próprios fornecedores. A grande maioria dessas áreas são áreas não passíveis de licenciamento. Não quer dizer que não tenha Reserva Legal ou não está respeitando a área de Preservação Permanente. É simplesmente um corte da DN 74, em que até cinquenta hectares de área com queima é dispensado do licenciamento ambiental. E áreas abaixo de 200 hectares, com corte mecanizado são dispensadas do licenciamento ambiental. Então, a grande maioria destas áreas, das áreas próprias, tem aproximadamente 80 a 90% licenciadas, e as não licenciadas, ou estão com a averbação de reserva em trâmite ou estão com problema de matrícula e automaticamente não consegue licenciar esta área. Das áreas arrendadas que a Usina planta, este número diminui, vai para aproximadamente 60%. Por causa de problema de matrícula. Na região ainda existem propriedades que nem tem mapa da propriedade. Quando vai regularizar a propriedade, é pedida a matrícula para o empreendedor, fornecedor ou dono da terra e ele não tem nem o mapa da propriedade. Este é um processo demorado. Tem que fazer levantamento de campo, por isso que ainda não foi atingido um número maior. Até 2014/2015, a meta é estar com 90% de todas as áreas licenciadas. Não consegue regularizar



100% por questões fundiárias principalmente. Com relação aos fornecedores, que não são áreas próprias ou áreas que não tem acesso, a Usina tem um programa de incentivo, através da Cooperativa dos Produtores que foi passada toda a tecnologia para ele licenciar. A Usina está em um trabalho de conscientização dos produtores. A própria Usina manda a notificação para o produtor, pedindo para regularizar. E desde 2004/2005, início do programa, quando consolidou o licenciamento, a Usina só arrenda área hoje licenciada e com reserva legal averbada. A Usina tem um passivo anterior a legislação de 2004, que não exigia o licenciamento agrícola. Sylvio (UFU) disse que seria interessante para a SUPRAM que fosse fornecido um relatório sobre esta situação, colocando a quantidade de propriedade, as áreas desta propriedade, a questão não só de licenciamento, mas de regularização. Para que fique mais claro para todos, qual é o processo que a Usina vem fazendo, o aumento da área de licenciamento, fornecedores licenciados, até mesmo para o próprio processo de certificação. José Roberto (SUPRAM) disse que a condicionante será incluída, que é a condicionante número doze, que é o mapa da poligonal, com identificação das áreas de plantio de cana-de-açúcar, acompanhado de quadro comparativo, contendo proprietário, matrícula, área total, área de plantio, tipo de parceria agrícola e regularização ambiental. Sylvio (UFU) disse que como algumas áreas não são passíveis de regularização ambiental, mas a situação delas quanto a regularização. Bertholdino (representante do empreendimento) explicou que não vê problema a princípio em áreas próprias, mas perguntou se ele pode passar esta informação juridicamente das áreas de terceiros. O conselheiro Carlos Valera (PGJ) explicou que não já problema jurídico, pois isto é uma condicionante da licença. Esta informação que transita na SUPRAM, a SUPRAM convoca para o licenciamento. Não é sigilosa. Recomenda que esta situação conste no contrato. É uma condição de sua licença de operação. Sylvio (UFU) fez uma ultima consideração sobre prazos relacionados ao fim de período chuvoso, início da safra. Esses prazos são extremamente indeterminados e variados dentro da própria regional. O período chuvoso varia muito, quando coloca que o relatório é anual, sabe-se que no dia 30 de dezembro este relatório tem que chegar a SUPRAM. Mas quando coloca 60 dias após o fim do período chuvoso, não tem uma data determinada. O conselheiro pediu que adotassem, não só para este processo, mas para os outros, procedimentos que marquem uma data, até para que os empreendedores, a SUPRAM tenham um cronograma determinado, um exemplo, anual. Bertholdino (representante) disse que este ano o ciclo está totalmente diferente, a chuva ocorrerá mais tarde e vai sair mais cedo este ano. Se colocar um prazo pontual ficaria mais claro. Se naquele ano não foi atendido porque a chuva não terminou, é totalmente justificado devido as condições climáticas. Kamila (SUPRAM) disse que a SUPRAM irá tomar cuidado para estabelecer um marco e não fique subjetivo por causa do tempo. Sylvio (UFU) disse que algumas condicionantes que devem ser aprovadas, já estão com estes prazos determinados por esta sazonalidade e poderiam fazer o processo de alteração agora. Kamila (SUPRAM) disse que na alteração da condicionante: “Executar e apresentar relatórios de formação de corredores ecológicos após a aprovação da SUPRAM. Prazo: Anualmente, com início após a aprovação da SUPRAM.”. Condicionante número quatro do Parecer. O Dr. José Eduardo (presidente) colocou o processo em votação com as condicionantes apresentadas na reunião. Kamila (SUPRAM) explicou que foi feita a retificação oral das inclusões das condicionantes. A SUPRAM acatou algumas condicionantes da conselheira Thaianne (OPA). Aprovado por unanimidade. O conselheiro Carlos Valera (PGJ) sugeriu ao conselho que em respeito aos servidores e o esforço da Dr. Kamila e Dr. José Roberto, a reunião fosse suspensa. O conselheiro Thiago (FIEMG) fez uma contraproposta, pedindo para identificar os processos



que tenham destaques e que necessariamente irão ser prejudicados por falta do acompanhamento sejam retirados de pauta e os que não tenham destaques, poderiam fazer a votação, até em respeito ao empreendedor que se deslocou. Dr. José Eduardo esclareceu que caso o processo não tenha um esclarecimento suficiente, existe a possibilidade de baixar o processo em diligência. Ponderou que o trabalho de realizar a reunião de hoje existe e sugeriu que continuasse a reunião. A proposta do conselheiro foi colocada em pauta. Marco Túlio (FAEMG), Carlos Valera (PGJ) e os outros conselheiros votaram a favor da continuação da reunião, conforme a sugestão do conselheiro Thiago (FIEMG). **Item 6 - Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação:**

6.1 Scalon e Cerchi Ltda. - Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais – Sacramento/MG – PA/Nº 24503/2010/001/2011 – Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque: Sylvio (UFU). O conselheiro Sylvio (UFU) falou sobre a supressão de vinte e duas árvores isoladas, no entanto no item 2.5, das medidas mitigadoras, o mesmo processo diz que a alteração paisagística será proveniente do corte de dez, menos da metade daquilo que é do próprio relatório técnico enviado e que estas árvores serão recompensadas com o plantio de Ipês na área de Reserva Legal. Perguntou se há uma informação que estas espécies que estão sendo suprimidas existem na Reserva Legal. José Roberto (SUPRAM) explicou que foi um erro de digitação e o correto são vinte e duas árvores isoladas. No caso de árvores isoladas, a legislação não prevê medida compensatória. Isto foi uma proposta do empreendedor. Ricardo Scalon (representante do empreendedor) explicou que as árvores que serão suprimidas constam na área de Reserva Legal. Existem as mesmas espécies na Reserva Legal. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade.

6.2 Petra Energia S/A – Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive e área cárstica – Presidente Olegário/MG – PA/Nº 16433/2011/001/2011 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque: Sylvio (UFU). O conselheiro Sylvio (UFU) perguntou sobre a distância do corpo hídrico mais próximo, pois isto pode ser importante dependendo da distância que está colocada. Helena Guerra (representante do empreendimento) respondeu que isto consta no estudo, apesar de não constar no Parecer. O primeiro corpo hídrico fica em torno de 800 a 900 metros do ponto da área específica de onde será feita a perfuração. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade.

6.3 Macedo e Souza Ltda. – Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis – Uberlândia/MG – PA/Nº 06717/2011/001/2011 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade.

6.4 Baduy & Cia Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos laticínios – Ituiutaba/MG – PA/Nº 00371/2005/001/2011 – Classe 3 – Apresentação Supram TMAP. O processo foi colocado em votação. Abstenção: Simone (ABES). Aprovado pela maioria.

6.5 Incopol – Indústria e Comércio Pontal Ltda. - Extração de rocha para a produção de britas com ou sem tratamento, Estradas para transporte de estéril / minério – Ituiutaba/MG – PA/Nº 00130/1997/008/2011 DNPM 830.350/2001 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP. Destaque: Sylvio (UFU). O conselheiro Sylvio (UFU) perguntou sobre a área de 49,83 hectares que será a área que está sendo solicitada para a lavra. Perguntou se a cava irá provocar supressão da vegetação. E que tipo de vegetação cobre a área que será lavrada. Outra informação é que a solicitação foi indeferida e isto cancelou a Autorização Ambiental de Funcionamento e agora está sendo feita a solicitação da lavra e correm o risco de ter esta solicitação negada para cancelar uma autorização de funcionamento. Perguntou se não seria mais lógico esperar a solicitação de lavra ser aprovada



para então dar a Autorização Ambiental de Funcionamento. Haja vista que existem precedentes do cancelamento de lavra. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que quanto à questão da vegetação, se não consta no Parecer, a vegetação não é de rendimento lenhoso. Sylvio (UFU) perguntou qual a cobertura vegetal. Camila (representante do empreendimento) esclareceu que a questão da vegetação, esta mineradora é muito antiga. Na área de exploração não tem vegetação. A Reserva Legal localiza no topo e bem distante. Na área não tem nem capim. Quanto ao DNPM, a SUPRAM pede a guia de utilização. No caso, eles entraram com o pedido no processo de licenciamento antigo, eles tem uma guia de utilização com validade de vinte anos, solicitada naquela época. Agora não é mais vinculada a esta AAF, pois a AAF é recente. Eles estão com o pedido de portaria de lavra e o DNPM pede para anexar a licença para liberar a portaria de lavra. Foi pedido um prazo de cento e oitenta dias para eles, para anexar esta licença, para então poder trazer para a SUPRAM. O conselheiro Ailson (DNPM) disse que licença de Instalação é pré-requisito para sair a portaria de lavra que é dada pelo Ministério de Minas e Energia. O que foi indeferido pelo DNPM, foi um pedido de guia de utilização, que é o artigo 22 do código de mineração, diz que pode ter lavra antes de chegar concessão de lavra mediante a guia de utilização. Então a portaria regulamento como será dada esta guia de utilização, para ter um limite máximo para cada substância. Seria uma lavra experimental. O conselheiro não teve acesso aos autos, mas a informação que ele teve é que o requerimento de guia foi protocolado em desacordo com a portaria 144/2007 que regulamenta a guia de utilização. Por isso ele foi indeferido. Só que o indeferimento do requerimento de guia não atrapalha o procedimento para a portaria de lavra. O processo de portaria de lavra está instruído. O plano de aproveitamento econômico foi julgado satisfatório. Só que é pré-requisito legal para a portaria de lavra ter a licença ambiental de Instalação. Quanto ao licenciamento, na área já houve o licenciamento, por isso, é um processo muito antigo, mas com certeza pediram mudança de região. O licenciamento é regulamentado pela lei 6567/78 que é diferente do código de mineração que é o 227/67. São regimes diferentes e números de processos diferentes. A licença que está no processo não se refere mais ao licenciamento regulamentado pelo 6567, e sim estão exigindo a licença para sair a portaria de lavra. Neste momento a empresa não tem a autorização para trabalhar. Foi paralisada pela SUPRAM. E o DNPM com certeza irá tomar as providências. Kamila (SUPRAM) esclareceu que esta é licença não autoriza a operação do empreendimento, uma vez não tendo a guia de utilização, a AAF que estava vigente foi cancelada, com a recomendação da paralisação imediata das atividades. É preciso ter a licença de Instalação para requerer a portaria de lavra. Somente após a Licença de Operação concedida é que a empresa poderá voltar a operar. Sylvio (UFU) disse que precisa dar uma licença de Operação para quem não tem. Ailson (DNPM) disse que está sendo votada a Licença de Instalação. Depois que sair a portaria de lavra, o empreendimento tem que ter a licença de Operação para entrar em operação. Está sendo ampliado, implantando um britador maior, para mudar a capacidade de produção. E precisa da Licença de Instalação para sair a portaria de Lavra. A Licença Ambiental não dá a autorização para a extração mineral. A portaria de lavra não dá autorização para intervenção Ambiental. São duas licenças distintas, só que uma é interdependente da outra. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. **Item 7 - Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação e Operação:** 7.1 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Projeto de assentamento Paulo Faria - Projeto de Assentamento para fins de Reforma Agrária – Prata e Campo Florido/MG – PA/Nº 90014/2006/002/2010 – Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque: Sylvio (UFU) e Carlos Valera (PGJ). Sylvio



(UFU) perguntou sobre o item 7.1. Foi dada a outorga para abertura de postos e gostaria de saber se existe um limite regional para isto, do que é outorgável e aquilo que já está outorgado na exploração das águas subterrâneas. José Roberto (SUPRAM) disse que há sim um procedimento do IGAM, da SUPRAM, quanto à análise destes processos de outorga, tanto para perfuração, quanto para captação. Autorização para perfuração e outorga mediante os procedimentos já estabelecidos pelas DN's do IGAM, que são duzentos metros de distância um do outro, a nível estático, nível dinâmico e outros procedimentos que são bem específicos da análise de outorga. Sylvio (UFU) disse que existe inclusive um mapeamento de minas sobre as áreas de disponibilidades hídricas. O problema é que tem chegado informação que existem bacias onde o limite outorgável já foi ultrapassado, de água superficial e não sabe se isto também está acontecendo nas áreas subterrâneas. Perguntou se existe um índice, por exemplo, na bacia do Ribeirão Claro. Está falando sobre a bacia do Ribeirão Claro, pois foi feito um trabalho de levantamento e indicou que foi outorgado muito além da capacidade de cento e dez. O conselheiro perguntou se existe esta informação para água superficial e subterrânea. José Roberto (SUPRAM) explicou que a questão é de nível estático e nível dinâmico e a distância dos postos. Se, pelo estudo apresentado, e pelo nível estático e dinâmico, for possível de recuperação do lençol, então este estudo segue e é outorgado. Agora, a questão do levantamento de bacia, o diretor não tem o conhecimento que isto existe. Dr. José Eduardo disse que o IGAM faz este controle, com o cadastro de outorgas de águas subterrâneas. Agora, águas superficiais tem o limite estabelecido e muitas vezes determinada área é declarada de conflito pelo uso da água. Isto envolve toda a negociação com os interessados. Sylvio (UFU) perguntou se existe um mapeamento desta regional, daquelas áreas onde o fornecimento das águas subterrâneas já está comprometido. Por que o aumento da escala de solicitações, vai interferir. José Roberto (SUPRAM) explicou que o Zoneamento Ecológico Econômico é uma ferramenta que dá um conhecimento a respeito disto. No ZEE irá falar se a área é comprometida. No caso de postos, há este levantamento. Não como um estudo de área de conflito para posto. Em Araguari, há um estudo. Pois é uma área de consumo humano, onde há muita exploração de água. No caso deste processo de assentamentos, não é o caso. Porém, nos estudos de zoneamentos existe esta preocupação. Sylvio (UFU) explicou que esta seria uma ferramenta extremamente útil para os próprios procedimentos. Fica complicado para um técnico, pois não tem um referencial de limite. Dr. José Eduardo disse que a SUPRAM poderia se reportar ao IGAM e buscar esta informação e trazer na próxima reunião. Sylvio (UFU) percebeu que uma série de condicionantes não foram cumpridas. Perguntou o que isto representa. Kamila (SUPRAM) esclareceu que as condicionantes que não foram cumpridas se referem a fase de Licença Prévia, segundo a legislação que rege as infrações Administrativas Ambientais, a penalidade para descumprimento de condicionante em fase de Licença Prévia é a advertência. Se em noventa dias, ele não cumprir esta condicionante, ela transforma em multa. Foi advertido com o prazo para poder cumprir. O conselheiro Carlos Valera (PGJ) disse que este empreendimento é classe cinco e em todas as reuniões os empreendimentos classe cinco e seis, tenha ou não tenha EIA/RIMA, deve ser inserida a lei do SNUC. Então, por coerência, o conselheiro Carlos Valera (PGJ) sugeriu a inclusão da condicionante da lei do SNUC. "Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00, Decreto estadual nº 45.175/09 e Decreto estadual nº 45.629/11. Prazo: Até 30 dias da publicação da decisão da URC que estabeleceu essa condicionante." O processo foi colocado



em votação. Aprovado por unanimidade. A inclusão da condicionante foi colocada em votação. Votos contrários: Marco Túlio (FAEMG), Thiago (FIEMG), Simone (ABES), Moisés (FETAEMG), José (AMEDI), Flávio (SEDE), José Eduardo (presidente). Abstenção: Ailson (DNPM), Genésio (CB). Voto de minerva: José Eduardo (presidente). A inclusão da condicionante não foi aprovada. **Item 8 - Processos Administrativos para exame de Licença de Operação:** 8.1 Bioenergética Aroeira Ltda. - Destilação de Álcool, Produção de energia Termoelétrica – Tupaciguara/MG – PA/Nº 11341/2007/003/2010 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. O conselheiro Sylvio e Supram solicitaram destaque. 8.2 A Limpar Gestão Ambiental Ltda. – Transporte rodoviário de resíduos perigosos classe 1 – Uberlândia/MG – PA/Nº 02149/2007/001/2011 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 8.3 Vale Fertilizantes S/A – Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas – Uberaba/MG – PA/Nº 00042/1978/029/2011 – Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Os conselheiros Carlos Valera (PGJ) e Sylvio (UFU) solicitaram destaque. O item 8.2 foi colocado em votação. Aprovado. O item 8.1 foi colocado em discussão. José Roberto (SUPRAM) solicitou que fosse feita uma correção no item 2.2.2, pois o reservatório da vinhaça tem capacidade para 7.000 mil metros cúbicos e não 5.060 como estaria escrito no parecer. Sylvio (UFU) informou que no item 2 e 3 do anexo 1, o item 3 pede para apresentar no início de cada safra o relatório de acompanhamento da indústria. O conselheiro questionou se o certo seria essa apresentação ser no início ou no final da safra. José Roberto (SUPRAM) questionou se o conselheiro queria que colocasse uma data específica. Sylvio (UFU) afirmou não estar entendendo se a apresentação deveria ser feita no início ou no final de cada safra. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que esses relatórios de acompanhamentos são feitos no início da Safra tendo que apresentar todas as condições. Sylvio (UFU) questionou se seria um relatório de previsão da atividade da indústria. José Roberto (SUPRAM) informou que estaria faltando relatório de acompanhamento da safra anterior não tendo ficado claro, assim foi solicitado que a apresentação desse relatório fosse mudada para o final de cada safra. O conselheiro Sylvio (UFU) afirmou que a condicionante 22 (vinte e dois) fala da apresentação do plano, porém após o plano não é citado os relatórios de demonstrações. José Roberto (SUPRAM) questionou qual seria a dúvida do conselheiro Sylvio. Sylvio (UFU) afirmou que a condicionante número 32 (trinta e dois) da Licença Previa fala em recuperar toda área de preservação permanente conforme PTRF apresentado, prazo de 24 (quatro) meses, porém no parecer estaria em branco. José Roberto (Supram) esclareceu que a condicionante número 31 (trinta e um) diz que todo processo de adequação foi realizado mantendo a inundação e as áreas desativadas dos vertedores serão reflorestadas seguindo o que foi proposto no PTRF para as áreas de APP. Esse PTRF já teria sido executado e apresentado e foi colocado junto com a condicionante número 31 (trinta e um), porém no momento estaria sendo feito manutenção e a equipe já teria ido até a área. Sylvio (UFU) afirmou ter ficado confuso com o título e prazo do relatório, ou seja, ou deveria fazer um relatório do que virá ou deveria ter uma apresentação do que foi feito. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que a condicionante seria apresentar no final de cada safra relatório final de acompanhamento das atividades da indústria, sendo o prazo o final de cada safra. Jadir (Representante do Sindicato de açúcar) afirmou que a rotina normal da usina seria apresentar no início de cada safra o relatório da safra anterior, pois é preciso reunir todos os dados para apresentar, a data de início que se coloca é o tempo em que é preciso. Thiago (FIEMG) questionou se seria somente uma questão de redação. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que sim. O presidente afirmou que



com a alteração o prazo ficaria o início de safra, ficando a seguinte redação: “apresentar a cada safra o relatório de acompanhamento das atividades da indústria na safra anterior”. O processo foi colocado em votação com a alteração na condicionante número 3 (três). Aprovado. O item 8.3 foi colocado em discussão. O conselheiro Carlos Valera retirou o pedido de destaque. O conselheiro Sylvio (UFU) afirmou que o córrego seco teria sido totalmente retificado para construção da área de exposição de resíduos, sendo uma interferência direta na APP, porém não teria nada no parecer sobre a compensação da APP e as medidas mitigadoras compensatórias que vem sendo tomada em todos os processos. O conselheiro questionou se a Vale iria compensar em dobro essa área. Juliana (Vale Fertilizantes) afirmou que não seria o desvio total sendo somente uma parte do córrego que estaria dentro do empreendimento. Juliana ressaltou que estaria sendo considerado como total, pois o desvio seria parcial se fosse desviado somente o fluxo de água e o leito permanecesse o mesmo, e na verdade parte do leito teria sido desviado ficando subtendido ser total. Sylvio (UFU) afirmou que existe uma interferência direta na APP, sendo assim deveria constar no parecer todos procedimentos impostos em área de APP. Juliana (Representante da Vale Fertilizantes) esclareceu que a APP foi recomposta, sendo 30 metros de cada lado, e como medida compensatória houve a regularização de todas intervenções de APP do empreendimento, sendo uma RPPN de 50 hectares. Existem algumas conservações de área dentro do empreendimento, além de ter sido firmado o termo de compromisso com IEF. O conselheiro Sylvio (UFU) questionou qual teria sido a área afetada. Juliana (Representante da Vale Fertilizantes) esclareceu que teria sido um percurso de 800 a 900 metros do córrego dando aproximadamente 4,8 ou 5 hectares. Sylvio (UFU) afirmou que os 10 hectares a mais seriam exclusivos dessa interferência. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que esse seria o entendimento da Supram e haviam sido feitas todas essas considerações. O conselheiro Sylvio (UFU) solicitou que registre que esses 10 hectares seriam desta intervenção. José Roberto (SUPRAM) afirmou poder fazer essa constatação. O item foi colocado em votação. Aprovado. **Item 9 - Processos Administrativos para exame de Licença de Operação**
Corretiva: 9.1 *Claiton Pereira da Silva e Outro – Fazenda Córrego do Pavão - Suinocultura – Crescimento/Terminação, Bovinocultura de Leite – Monte Alegre de Minas/MG – PA/Nº 01714/2008/001/2011 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP.* Não houve destaque. 9.2 *Rob de Wit e Outros - Fazenda Bom Jardim - Horticultura – Sacramento/MG – PA/Nº 21941/2010/001/2011 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.* O conselheiro Sylvio solicitou destaque. 9.3 *Walterson Rodrigues Carneiro e Anderson Rodrigues Carneiro - Piscicultura em tanque-rede, Bovinocultura de Leite, Culturas de cana de açúcar sem queima – Nova Ponte/MG – PA/Nº 03047/2009/001/2009– Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP.* Não houve destaque. 9.4 *Master Line do Brasil Ltda - Fabricação de Produtos de Perfumaria e Cosméticos – Uberaba/MG – PA/Nº 22832/2005/002/2011 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP.* Não houve destaque. 9.5 *Jorge Fukuda - Lote 65 - PADAP - Horticultura, culturas anuais excluindo a olericultura, cafeicultura, bovinocultura de leite – Rio Paranaíba/MG – PA/Nº 08424/2006/001/2006 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP.* O conselheiro Sylvio (UFU) e Supram solicitaram destaque. Foram colocados em votação os seguintes processos 9.1, 9.3 e 9.4. Aprovados. Foi colocado em discussão o item 9.2. Sylvio (UFU) solicitou esclarecimento por parte da Supram em relação à palavra “colaboradores” utilizada na página três do relatório e questionou se o trabalho dos mesmos seria voluntário. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que colaboradores seriam funcionários. Sylvio solicitou que não fossem utilizados eufemismos que estariam sendo utilizado na mídia, porém que



645 fosse utilizada a condição trabalhista dessas pessoas. José Roberto (SUPRAM) concordou
646 com conselheiro. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocado em discussão
647 o item 9.5. Kamila (SUPRAM) solicitou a inclusão do subitem no item 4 (quatro) o
648 monitoramento da frota de caminhões conforme a portaria IBAMA nº 85 \96 que estabelece o
649 programa interno de auto fiscalização da correta manutenção de frota de veículos movidos a
650 diesel quanto a emissão de fumaça preta. Sylvio (UFU) parabenizou a inclusão da imagem
651 pois ajuda a entender o parecer técnico e eliminar algumas dúvidas, o único problema seria as
652 imagens estarem sem legenda, assim foi inferido que a faixa marcada na imagem seria a área
653 que estaria sendo proposta para compensação da APP. O conselheiro lembrou que nos itens 2
654 (dois) e 3 (três) do anexo 1(um) teria o problema em relação aos prazos e no anexo 1(um)
655 onde estaria referência as condicionantes de licença na validade teria um erro, e nos itens 2
656 (dois) e 3 (três) estaria até 60 dias após o final de cada período chuvoso. O conselheiro
657 solicitou que mudasse o procedimento para marcar uma data, se o período chuvoso é até abril
658 deveria fixar a data para final do mês de junho ou dezembro se for o caso. José Roberto
659 (SUPRAM) concordou com o conselheiro. Sylvio (UFU) afirmou que o erro de referência
660 aparece em vários outros processos. José Roberto (Supram) afirmou que ficará atento para
661 que esse erro não ocorra mais. O processo foi colocado em votação com a alteração de prazo
662 para final do mês de junho nos itens 2 (dois) e 3 (três). Aprovado. **Item 10 - Processo**
663 **Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva - Ampliação: 10.1**
664 *Minerva S/A - Abate de animais de médio e grande porte (bovinos) – Campina Verde/MG –*
665 *PA/Nº 02548/2010/002/2011 – Classe 5 – Apresentação: Supram TMAP.* Os conselheiros
666 Carlos Valera (PGJ), Carlos Magno (Polícia Militar de Minas Gerais), Sylvio (UFU)
667 solicitaram destaque. Carlos Valera (PGJ) afirmou se tratar de uma condicionante classe 5
668 (cinco) e solicitou a inclusão da lei SNUC com a redação padrão da Supram. Carlos Magno
669 (Polícia Militar de Minas Gerais) questionou se teria emissão de odores de impacto e
670 monitoramento para esses odores pois no anexo 2 (dois) teria esse automonitoramento porém
671 ele seria muito técnico ficando difícil de compreender se existe ou não. Taciano Custodio
672 (Representante do Empreendimento) esclareceu que existe um sistema de controle de odores
673 tanto dos gases emitidos da indústria como o acompanhamento desses odores e das emissões
674 gasosas do empreendimento. José Roberto (Supram) afirmou concordar com a consideração
675 do conselheiro Carlos Valera (PGJ) e quanto a consideração do conselheiro Carlos Magno
676 (Polícia Militar de Minas Gerais) ficou esclarecido que a prefeitura de Uberlândia possui uma
677 lei específica quanto a questão de odor sendo Uberlândia, o único município que possuiu essa
678 lei específica para odores. O conselheiro Carlos Magno (Polícia Militar de Minas Gerais)
679 questionou se esse monitoramento seria feito através de pesquisa. Taciano (Representante do
680 Empreendimento) esclareceu que o acompanhamento seria feito conforme e apresentado nos
681 laudos específicos dos gases. Quanto ao odor ficou esclarecido que o empreendimento se
682 localiza longe da cidade, cerca de 10 Km da cidade de Campina Verde, sendo feito somente
683 em um ambiente interno com os colaboradores. José Roberto (Supram) esclareceu que na lei
684 municipal tem um decreto a proporção, onde deve ser feito, servindo então para seguiras
685 empresas e as mesmas tem que cumprir o decreto aqui em Uberlândia. Sylvio (UFU) afirmou
686 que foi citado que a reserva legal seriam 4,26 área de pastagens, regeneração e APP, e o
687 respaldo para utilização da APP como reserva legal estaria no capítulo segundo, sessão 13,
688 artigo quinze da lei 14309\2002 que diz o seguinte: “quando a soma de vegetação nativa em
689 área de preservação permanente e reserva legal exceder a 25% da propriedade rural” o
690 conselheiro afirmou ter feito os cálculos e não ter excedido os 25% até porque não daria para



fazer as contas pois não teria as áreas para saber esse cálculo. Kamila (SUPRAM) esclareceu que a averbação teria sido feita pelo IEF tendo sido levantado pela equipe técnica e essa conta estaria correta. A representante do empreendedor afirmou que realmente essa conta estaria correta e que o empreendimento não estaria avançando a APP, existe uma intervenção em APP somente para captação de água artificial. O conselheiro Sylvio (UFU) afirmou que foi incluído a APP como área de reserva legal, e questionou qual a porcentagem da propriedade que seria composta de APP para exceder os 25% da área. Carlos Valera (PGJ) questionou qual seria o tamanho da propriedade rural. Kamila (SUPRAM) esclareceu que o total seria 24,20 hectares. Carlos Valera (PGJ) esclareceu ao conselheiro Sylvio que o empreendimento estaria na legalidade, pois o código florestal, e a lei estadual possuem uma regra que diz que a propriedade pode ter até 30 hectares, assim se a propriedade possui menos de 30 hectares e a APP na soma com a reserva ultrapassa os 25% ela seria computada para fins de averbação. Sylvio (UFU) esclareceu que como não possui a área da APP os valores não chegam aos 25% da propriedade. O conselheiro afirmou que não tem a área de APP indicada. Marco Túlio (FAEMG) ressaltou que a área já estaria averbada pelo IEF e esclareceu que o IEF não deixaria uma área de averbação incorreta. Náзара (Consultora Ambiental da Empresa) afirmou ter um mapa no processo que mostra todas as áreas. O conselheiro Sylvio (UFU) ressaltou que a segunda questão seria que a intervenção em área de preservação permanente já teria sido objeto de condicionante, e não foi cumprida. O conselheiro questionou porque estaria sendo condicionada novamente. Náзара (Consultora Ambiental da Empresa) esclareceu que o período chuvoso já teria passado, não tendo condições de realizar por estarem fazendo adequações das lagoas tendo sido justificado na solicitação da condicionante da primeira licença e a votação de concessão da licença teria ocorrido após o período chuvoso. Taciano (Representante do Empreendedor) reforçou o que o conselheiro Marco Túlio havia dito, pois se a área foi devidamente averbada o IEF teria feito os cálculos corretos e isso já teria sido alvo do primeiro processo de licenciamento. Sylvio (UFU) afirmou que a reunião teria ocorrido em dezembro de 2010 e teria pegado o período chuvoso e não após o período chuvoso. Taciano (Representante do Empreendedor) concordou que estaria no meio do período chuvoso e o empreendimento percebeu que seria prejudicado se iniciasse um plantio de 7.300 mudas, sendo assim o proposto seria a partir de janeiro de 2011 onde se teria mais 2 ou 3 meses de chuva tendo sido condicionado pela Supram. O processo foi colocado em votação. Simone (ABES) se absteve. Aprovado pela maioria. Foi colocada em votação a seguinte condicionante: “Protocolar na gerência de compensação ambiental do instituto estadual de floresta (IEF) solicitação para abertura de processo de cumprimento de compensação ambiental de acordo com a lei nº 9985\2000 decreto estadual número 451175\09 e decreto estadual número 45629\2011”. Foi colocada em votação. Os conselheiros Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG), Flávio (SEDE) e Genésio (Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba) votaram contra a inclusão da condicionante. Aprovada a inclusão da condicionante. **Item 11 - Processos Administrativos para exame de Revalidação de Licença Operação: 11.1 Brasnutri Indústria e Comércio Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listados ou não classificados – Santa Juliana/MG – PA/Nº 02143/2002/002/2011 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** Supram solicitou destaque. Kamila (SUPRAM) fez uma correção no prazo de validade da licença, uma vez que o empreendimento sendo classificado classe 3, ele teria o prazo de validade de seis anos. Como o empreendimento não sofreu autuação, nos últimos três anos, ele faz jus ao acréscimo de mais dois anos. Então, o prazo de validade desta



revalidação será de oito anos. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. 11.2 *Sadia S/A – Granja C - Avicultura de postura, Suinocultura (ciclo completo), Suinocultura (UPL), Silvicultura – Uberlândia/MG – PA/Nº 03556/2009/001/2009 – Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP.* Thaianne (OPA), Sylvio (UFU), Carlos Magno e Carlos Valera (PGJ) solicitaram destaque. 11.3 *Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA (ETE Frutal) – Tratamento de esgoto sanitário – Frutal/MG – PA/Nº 0092/1997/005/2008 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.* Sylvio (UFU) solicitou destaque. O item 11.2 foi colocado em discussão. Thaianne (OPA) solicitou que fosse feita a inclusão de duas condicionantes sendo a primeira a instalação de estações para o monitoramento da qualidade da água subterrânea próxima as áreas das composteiras e lagoas de estabilização. O prazo seria na vigência da licença e os relatórios deveriam ser semestrais. A segunda condicionante seria a adequação ao armazenamento de combustíveis, óleo diesel, quanto à contenção de possíveis vazamentos em seus postos de abastecimento. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que se fosse das lagoas poderia colocar os postos de monitoramento, porém de composteira, caso ela seja operada adequadamente o risco seria menor, porém caso a conselheira quisesse poderia colocar a condicionante sugerida. A conselheira Thaianne (OPA) questionou se das lagoas deveria colocar a jusante e a montante. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que sim, porém afirmou não ser necessária a inclusão da condicionante desde que seja operado adequadamente. Quanto a segunda condicionante José Roberto esclareceu que a DN número 108 já obriga o empreendedor a realizar. A conselheira Thaianne (OPA) retirou a segunda condicionante e deixou somente a condicionante número 1 (um) com seguinte texto: “Instalação de estações para o monitoramento da qualidade da água subterrânea, próximo as lagoas de estabilização a jusante e a montante. O prazo seria na vigência da licença e os relatórios deveriam ser semestrais. Kamila (SUPRAM) questionou se existem postos de monitoramento. Daniel (Representante do empreendimento) esclareceu que não existem postos de monitoramento porque na primeira licença em 2003 \ 2004 não teria sido feita essa solicitação e a proposta da empresa seria de não instalar posto de monitoramento e sim realizar a impermeabilização dessas lagoas e antes de revestir, fazer uma análise para ver se ocorreu alguma contaminação e propor a análise de uma água superficial. José Roberto (SUPRAM) afirmou que independente de impermeabilização seria um controle sendo viável ter postos e ver se houve alteração sendo uma precaução. Thaianne (OPA) manteve essa condicionante. Thiago (FIEMG) questionou qual seria esse prazo. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que seria apresentar proposta para monitoramento que seria apresentar os locais que serão instalados esses postos não sendo somente colocar devendo apresentar a Supram o plano para depois realizar a execução. O prazo seria de 60 (sessenta) dias. Thiago (FIEMG) questionou se o empreendedor concorda com o prazo. Daniel (Representante do empreendedor) afirmou que para apresentação do plano o prazo seria o ideal. Thaianne (OPA) informou que o texto da condicionante seria: “Apresentar proposta de instalação de estações de monitoramento da qualidade da água subterrânea a jusante e a montante da lagoa de estabilização. Prazo de 60 dias”. Thaianne (OPA) solicitou a inclusão de uma redação que após a aprovação da Supram, apresentar a proposta com o cronograma de execução. Carlos Magno (Polícia Militar) ressaltou a questão do odor e questionou se nesse empreendimento teria emissão de odor que pudesse causar impacto. Daniel (Representante do Empreendimento) esclareceu que não haveria essa possibilidade pois não seria uma atividade industrial. Teria as lagoas porém as mesmas sofrem tratamento para degradação da matéria orgânica que seria a possível causadora do odor, porém tendo o período de retenção aceitável



que estabelece com biodigestor ou lagoa. O conselheiro Carlos Magno (Policia Militar) questionou se as carcaças que ficam nessas lagoas não provocariam mal cheiro. Daniel (Representante do Empreendimento) esclareceu que se a compostagem for feita de forma correta não provoca odores. O conselheiro Sylvio (UFU) solicitou esclarecimentos de duas informações, sendo a primeira a atuação feita pela produção de 900.000 mil leitões que seria para uma área de 600 hectares o processo, porém a área do empreendimento estaria sendo para 900 hectares já com a atuação frisada no texto. A aprovação que estaria sendo feita seria para um empreendimento de 600 hectares e 500.000 população. José Roberto (SUPRAM) afirmou que eles teriam sido autuados pois estavam acima da capacidade licenciada, assim estaria sendo licenciado com a capacidade total. Sylvio (UFU) questionou se 500.000 mil seria o que estaria sendo licenciado porém houve uma atuação para produção de 900.000 mil cabeças. José Roberto (SUPRAM) esclareceu que os 500.000 seria porque foi feita uma ampliação sem a devida licença. Kamila (SUPRAM) esclareceu que a revalidação seria para 580 mil aves sendo essa capacidade, o que teria sido ampliado foi objeto de uma licença de operação separada. Sylvio (UFU) ressaltou que não estariam sendo licenciado os 900 e deixou bem claro que existe um outro processo para mais 300 hectares e aproximadamente 400 cabeças. Carlos Valera (PGJ) solicitou a inclusão da condicionante da Lei do SNUC com a redação padrão da Supram. Foi colocada em votação a licença. Aprovada por unanimidade. Foi colocada em votação a condicionante sugerida pela conselheira Thaianne (OPA) com o seguinte texto: “Apresentar proposta para instalação de estações de monitoramento da qualidade da água subterrânea nas lagoas de estabilização com cronograma de execução. Prazo de 60 dias”. Aprovada por unanimidade. Foi colocado em votação a condicionante sugerida pelo conselheiro Carlos Valera (PGJ) com seguinte texto: “protocolar na gerencia de compensação ambiental do instituto estadual de floresta (IEF) solicitação para abertura de processo de cumprimento de compensação ambiental de acordo com a lei nº 9985\2000 decreto estadual número 451175\09 e decreto estadual número 45629\2011. Prazo até 30 dias da publicação”. Os conselheiros Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG), Flávio (SEDE) e Simone (ABES) votaram contra. Aprovada pela maioria. O item 11.3 foi colocado em discussão. Sylvio afirmou que na página 17 item 5 do relatório, afirma que o primeiro relatório deverá ser enviado até 60 dias após o próximo período chuvoso 2010\2011, porém esse período já teria ocorrido assim o período chuvoso deverá ser 2011 \ 2012 e não mais 60 dias após devendo marcar data até o mês de julho para o envio do relatório. José Roberto (SUPRAM) concordou com o conselheiro e afirmou que o prazo será até junho de 2012. O presidente informou que haverá alteração no item 5 (cinco) do parecer tendo a seguinte observação: “o primeiro relatório devera ser enviado até Junho de 2012”. O item foi colocado em votação. Aprovado. **Item 12 - Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Operação referente à intervenção ambiental: 12.1 Vale Fertilizantes S/A – Atividade lavra a céu aberto com tratamento úmido, minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento, unidade de tratamento de minerais UTM, barragens de contenção de rejeitos/resíduos, pilha de rejeito/estéril e aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais – Patos de Minas/MG – PA/Nº 002/1988/004/2002 DNPM 1974808115 – APEF Nº 02461/2011 e 02462/2011 – Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP.** Os conselheiros Sylvio (UFU) e Carlos Valera (PGJ) solicitaram destaque. Sylvio (UFU) informou que com relação ao relatório apresentado existe na pagina 3 (três) no seu ultimo parágrafo que com relação as arvores imunes de corte ao longo dos trechos levantado não teria sido encontrado nenhum exemplar que fosse protegido



829 pela legislação específica e três parágrafos acima na relação dos indivíduo de maior
830 ocorrência estão a aroeira e a portaria normativa número 83 de 26\09\ 1991 do IBAMA
831 indica que a aroeira seria uma espécie protegida por lei. O conselheiro afirmou que essa
832 portaria ainda estaria em vigência e ressaltou que o Estado de Minas também teria uma
833 portaria específica de proteção da aroeira e ela seria citada como uma espécie não imune. José
834 Roberto (SUPRAM) esclareceu que tem algumas árvores que são imunes de corte, porém a
835 aroeira teria restrição não sendo imune de corte. O conselheiro Sylvio (UFU) afirmou que não
836 seria isso que estaria no parecer. José Roberto (SUPRAM) afirmou que teria uma lei que fala
837 que caso tenha espécies imune de corte cabe a compensação. Sylvio (UFU) questionou se a
838 vegetação seria de cerrado. Bruno (Representante do empreendimento) esclareceu ao
839 conselheiro que a vegetação seria de cerrado. Sylvio (UFU) ressaltou que o artigo terceiro diz
840 que a exploração de aroeira ou aroeira do sertão só poderão ser efetivadas através de plano de
841 manejo aprovado pelo IBAMA. O conselheiro questionou se teria esse plano de manejo.
842 Kamila (SUPRAM) afirmou que poderia condicionar que essas espécies de aroeira somente
843 poderão ser suprimidas após a consulta junto ao IBAMA. Sylvio (UFU) afirmou que deveria
844 ser após o plano de manejo onde o IBAMA deverá indicar as áreas para replantio e
845 compensação. Bruno (Representante do empreendimento) questionou que mesmo tendo a área
846 de APP conservada, os 20% de área de reserva legal estando uma área fora dessas áreas de
847 preservação não poderia fazer essa supressão. Sylvio (UFU) informou que poderia desde que
848 tivesse um plano de manejo aprovado pelo IBAMA que é o que diz a legislação. Kamila
849 (Supram) demonstrou que no próprio parecer é falado que caso seja encontrado algum
850 exemplar especialmente protegido o empreendedor deve adotar todas as medidas previstas na
851 legislação vigente porem independente disso convém a inclusão da condicionante para poder
852 ter essa aprovação do IBAMA antes da supressão dessas espécies. O presidente solicitou que
853 o conselheiro fizesse a sugestão da condicionante. Sylvio (UFU) informou que o parecer
854 apresentado lista algumas espécies dentre elas a aroeira, que possui uma portaria normativa
855 específica para seu manejo que se encaixa no que estaria sendo declarado no próprio parecer,
856 sendo assim, o parecer precisa incluir uma condicionante que seria o cumprimento através de
857 um plano de manejo aprovado pelo IBAMA. Carlos Valera (PGJ) afirmou que o conselheiro
858 Sylvio teria razão pois tem que trabalhar com dois conceitos. O primeiro conceito seria de
859 imunidade que seria o de Mata Atlântica, Pequi, já o segundo conceito seria o de corte
860 restritivo e obviamente essa observação seria pertinente até porque o parecer diz que não se
861 pode fazer supressão sem obter todas as licenças, assim a proposta de condicionante e
862 validade no intuito que o empreendedor obtenha junto com IBAMA para fazer essa supressão.
863 O conselheiro sugeriu que estivesse na condicionante que no prazo de 60 dias antes da
864 supressão viesse a anuência ou a declaração do IBAMA que naquele caso específico dado o
865 volume o plano de manejo eventualmente seria desnecessário. Marco Túlio (FAEMG)
866 concordou com a inclusão da condicionante, porém o conselheiro não vê a finalidade de
867 condicionante para cumprir lei, pois caso o empreendedor queira retirar a aroeira ele terá que
868 cumprir a lei. Carlos Valera (PGJ) afirmou que o conselheiro estaria de acordo com aspecto
869 jurídico porem como esse caso seria peculiar é necessário que seja esclarecido. Marco Túlio
870 (FAEMG) afirmou que estabelecer um prazo para essa apresentação seria complicado, pois
871 depende de algo público tendo que ressaltar na condicionante que ele não faça a supressão
872 sem a documentação pertinente. Carlos Valera (PGJ) afirmou que poderia condicionar nos
873 termos da instrução da portaria, que a subtração das espécies de aroeira faça-se observando os
874 termos da portaria 183. Kamila (Supram) informou que a condicionante teria a seguinte



redação: “Apresentar a aprovação do plano de manejo florestal de regimento sustentável para corte e exploração da aroeira conforme portaria normativa 83\1991. Prazo antes do corte e exploração da aroeira”. Carlos Valera (PGJ) questionou se houve a inclusão da lei do SNUC. José Roberto (SUPRAM) informou que o empreendedor não teria a lei do SNUC. Carlos Valera (PGJ) solicitou que a equipe jurídica repasse essa informação. Kamila (Supram) afirmou que a revalidação estaria em análise junto a Supram podendo observar na licença que está distribuída com gestor. José Roberto (SUPRAM) informou que será feita todas as medidas compensatórias entre elas o SNUC. Carlos Valera (PGJ) afirmou que seria um adendo para efeito de intervenção e afirmou obter essa questão na revalidação. O presidente informou que a condicionante teria o seguinte texto: “Apresentar a aprovação do plano de manejo florestal de rendimento sustentável para corte e exploração da aroeira conforme portaria normativa 83\1991. Prazo antes do corte e exploração da aroeira”. O presidente colocou em votação o processo com a inclusão dessa condicionante. Kamila (SUPRAM) registrou a recomendação do conselheiro Carlos Valera (PGJ) quanto a questão da compensação ambiental da lei do SNUC no processo que estaria em análise de revalidação. Foi colocado em votação. Aprovado. **Item 13 - Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação: 13.1 Mildo Alves Administração Comércio e Transportes Ltda. – Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, Uberlândia/MG – PA/Nº 04809/2005/001/2010 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP.** Não houve destaque. O processo foi colocado em votação. Aprovado. **Item 14 - Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante e Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da [Licença de Operação: 14.1 Engeaços Aços e Metais Ltda - ME. - Depósito de sucata metálica, papel, papelão, plástico ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto embalagens de agrotóxico – Patrocínio/MG – PA/Nº 20525/2008/001/2011 – Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** Não houve destaque. O processo foi colocado em votação. Aprovado. **Item 15 - Assuntos gerais.** Sylvio (UFU) esclareceu que dentre as funções que o conselho possui estaria a sugestão de normas, diretrizes que auxiliem a governança ambiental do estado. Estaria sendo tomado por prática, de um acordo que tem sido seguido e respeitado que seria a compensação em intervenção na área de APP porém isso seria somente um acordo e o conselheiro solicitou que se tornasse uma diretriz de encaminhar em nome do conselho ao conselho estadual a aprovação de uma diretriz normativa válida para todo estado de que essa prática se torne uma norma. O presidente informou ao conselheiro que poderia proceder da seguinte forma fazer a proposta de uma moção que deverá ser trazida na próxima reunião para votação devendo trazer essa redação. Sylvio (UFU) informou que trará na próxima reunião a proposta de moção. Carlos Valera (PGJ) sugeriu a Supram que esses processos de renovação de licença de operação, sejam acompanhados pelo processo da concessão da licença evitando um trabalho que foi proposto a conselheira Thaianne (OPA) de análise sem ter o subsidio do processo., ficando a sugestão que todo pedido de vista de renovação de licença o pedido de licença o acompanhe. O outro ponto seria a questão do patrimônio cultural, pois o IPHAN emitiu um termo de referência com requisitos mínimos para análise ambiental nos processos devendo a equipe técnica observar atentamente esse termo nos licenciamentos. Por último o conselheiro ressaltou a questão da fauna, estando no gabinete do procurador geral de justiça a criação dentro do CAOMA uma criação do grupo específico da fauna. O conselheiro ressaltou que nos empreendimentos que tenham relativa supressão vegetal a equipe técnica deve avaliar



a possibilidade de se condicionar a criação de centro de triagem e assistência CREA e CETAS. O presidente informou que foi adotado um grupo de estudos na SEMAD para tratar dessas questões. Carlos Valera (PGJ) informou ter conseguido incluir empreendimento minerário na região da URC Central porém seria preciso trabalhar no sentido de buscar uma solução para essa questão. O presidente cumprimentou o conselheiro Carlos Valera (PGJ) em nome da Supram pela nomeação recente como coordenador regional das promotorias de justiça de defesa do meio ambiente das bacias hidrográficas dos rios Paranaíba e baixo Rio Grande. **Item 16 - Encerramento.:** Nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 13 de setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO VARGAS – (presidente suplente)